

05 AGO 2025

1º Secretário

PROTOCOLO

Estado de Rondônia  
Assembleia Legislativa

05 AGO 2025

Protocolo: 1068/25

PROJETO DE LEI  
ORDINÁRIA

Nº

986/25

AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Dispõe sobre o direito dos pais ou responsáveis de vedarem a participação de seus filhos ou dependentes em atividades pedagógicas de gênero nas instituições de ensino públicas e privadas no âmbito do Estado de Rondônia.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:**

Art. 1º Fica assegurado aos pais ou responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou dependentes em atividades pedagógicas de gênero realizadas em instituições de ensino públicas e privadas, no âmbito do Estado de Rondônia.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se atividades pedagógicas de gênero aquelas que abordem, entre outros, os seguintes temas:

- I – Identidade de gênero;
- II – Orientação sexual;
- III – Diversidade sexual;
- IV – Igualdade de gênero.

Art. 3º As instituições de ensino deverão informar previamente aos pais ou responsáveis acerca da realização de quaisquer atividades pedagógicas de gênero no ambiente escolar.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no caput sujeita a instituição de ensino às sanções civis e penais cabíveis, conforme o caso.





PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
	AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
<p>Art. 4º Os pais ou responsáveis deverão manifestar expressamente, por meio de documento escrito e assinado, a concordância ou discordância quanto à participação de seus filhos ou dependentes nas atividades referidas no art. 2º.</p> <p>Art. 5º Compete às instituições de ensino garantir o fiel cumprimento da decisão manifestada pelos pais ou responsáveis, assegurando-se o direito de vedar a participação de seus filhos ou dependentes nas referidas atividades.</p> <p>Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, inclusive quanto às sanções aplicáveis, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.</p> <p>Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 24 de julho de 2025</p> <div style="text-align: center;"> <b>DELEGADO CAMARGO</b> Deputado Estadual – REPUBLICANO</div>			





PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			

### JUSTIFICATIVA

Nobres Parlamentares,

O presente Projeto de Lei visa assegurar aos pais e responsáveis legais o direito de vedar a participação de seus filhos ou dependentes em atividades pedagógicas que versem sobre **identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, igualdade de gênero** ou temas correlatos, no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Rondônia.

A proposição encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio, especialmente nos princípios constitucionais da liberdade de consciência, de crença e de convicção filosófica e moral. Esses princípios garantem que nenhuma imposição de conteúdo educacional possa ser realizada em descompasso com os valores morais e éticos cultivados no seio familiar.

Ademais, o artigo 226 da Constituição Federal reconhece a família como base da sociedade, merecendo especial proteção do Estado. Nesse contexto, o artigo 229 estabelece expressamente que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, o que inclui o direito de participar das decisões pedagógicas que envolvam a formação de seus filhos, principalmente no que diz respeito a temas sensíveis e de cunho moral ou ideológico.

**Art. 229.** Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reforça essa proteção, que é dever do Estado e da sociedade respeitar os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto familiar e comunitário do educando.





PROTOCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIA	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>A proposta, portanto, não configura qualquer forma de censura, restrição ao conteúdo pedagógico ou negação de direitos, mas sim o reconhecimento da autonomia familiar e da liberdade de educação prevista no art. 206, inciso II, da Constituição Federal, que assegura a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.</p> <p>Trata-se de medida de caráter preventivo e protetivo, que objetiva garantir transparência e respeito ao princípio da subsidiariedade, pelo qual a família é a primeira e natural responsável pela educação e formação dos filhos. Dessa forma, busca-se equilibrar o papel da escola com o protagonismo da família, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito.</p> <p>Diante da relevância da matéria e da necessidade de proteger os direitos fundamentais das famílias, notadamente quanto à formação moral de seus filhos, submeto o presente Projeto de Lei à análise e aprovação.</p> <p>Por todo exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante medida de justiça social e inclusão.</p>			



100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000

100-100000